

Os "Espaços" do Espaço Brasileiro em Fins do Século XX

Zilá Mesquita*

intenção neste texto não é a de realizar uma crítica às análises sobre a teoria das Crises ou sobre categorias analíticas a elas vinculadas, como padrão de acumulação ou ainda regime de acumulação e modo de regulação chancelados pela Escola da Regulação, cujo debate atualmente se trava principalmente na França. Portanto, embora se mencione e utilize tais categorias analíticas ao longo do texto, o objetivo aqui não é o de uma revisão crítica sobre este assunto. Não se optou por adotar o termo regime de acumulação (em lugar de padrão de acumulação), cunhado por esta Escola, embora se concorde com as principais teorizações expressas por seus adeptos, pois também foram incorporadas à análise as relevantes contribuições de outros autores como Salama e Altvater, não participantes da mencionada Escola.

Na verdade, o que se buscou foi apresentar os efeitos do padrão de acumulação vigente, sobre a distribuição de renda, articulados ao espaço brasileiro. Em outras palavras: atendendo ao princípio da diferenciação espacial ou "especialidade diferencial" de Lacoste, o que se buscou foi evidenciar os "espaços" do espaço brasileiro na atualidade, e que necessitam ser considerados na medida em que geraram, geram e ainda gerarão, neste fim de século, não uma única urbanização no país, mas várias...

Presente e passado, para atender o futuro

Daqui a doze anos começa o Século XXI. Há exatamente doze anos, em 1976, Edmar Bacha publicou: "O Rei da Belíndia (uma fábula para

*Geógrafa da Secretaria de Coordenação e Planejamento e Professora do Departamento de Geografia da UFRGS, Porto Alegre.

tecnocratas)". Nela, se todos estão lembrados, um economista é contratado pelo soberano deste reino-misto de Bélgica com Índia quanto à renda de sua população - para estimar sua taxa de crescimento. Do trabalho resultam três ponderações sobre a renda do povo de Belíndia; o que o leva a compreender que estimá-la só pelo PIB era vê-la pelo "Felicítômetro dos Ricos". Era preciso vê-la sob outros ângulos...

Decorridos doze anos, a irônica fábula sobre a distribuição de renda da população brasileira¹ terá perdido a atualidade? Como ela se projetará para os próximos doze, quando inicia o não tão longínquo ano 2.000? Porém, antes de mais nada: que relações ela mantém, no presente, com o espaço brasileiro?

A urbanização célere

Talvez cause surpresa que ao se discutir urbanização - uma temática inserida nas análises do espaço - se busque vinculá-la a questões de distribuição da renda. Um simples vislumbre permite visualizar apenas a ponta emergente do iceberg e esta pode conduzir a uma conclusão talvez falsa entre distribuição de renda e crescimento urbano. Um pouco abaixo da superfície encontra-se a sua dimensão real, ou seja: as efetivas relações entre ambos.

Os censos demográficos das últimas quatro décadas estão aí para provar o que não é mais novidade: o país é basicamente urbano vem se urbanizando a uma velocidade crescente.

Atualmente, 70% da população reside em cidades. Quem quer que transite pelas cidades brasileiras sabe que elas são um "catálogo de carências"² em serviços, habitação, formas de abastecimento coletivo... O espaço urbano brasileiro está expressando hoje todos os dramas da Sociedade. Neste sentido, ele é um espaço-síntese. Pensar uma Política Urbana é pensar numa intervenção sobre o espaço. No momento em que o Estado intenta retomá-la, duas questões parecem importantes como exercício reflexivo prévio à implantação da uma política pública desta natureza.

Primeira: é possível intervir sobre o espaço urbano sem considerar a crise que erode os salários, retrai a demanda, baixa a qualidade da oferta, acentua as disparidades de renda da população brasileira e desacredita o Estado?

E suas formas de mensurá-la.

Expressão de Carlos Lessa.

Segunda: é possível pensar o espaço urbano dissociado do todo? Em outras palavras: será o espaço urbano um segmento à parte, que se organiza alijado do espaço rural?

Gonçalves (1984), Santos (1984), entre outros, têm demonstrado que não. Quanto à primeira questão, há sérios indícios de que Crise no Regime de Acumulação, Espaço e Estado estão profundamente imbricados (Becker, 1984). Sem considerá-los, a Política Urbana corre o risco de não passar de um entretenimento: um arranjo parcial de algumas peças do quebra-cabeças no tabuleiro do espaço nacional. E a realidade da "Belíndia de hoje" não permite, como veremos, este tipo de lazer!

Urbanização célere e modernização

Inúmeras análises foram produzidas nestes últimos anos sobre a realidade brasileira, especialmente após a crise econômica do período 1981-83. Aliás, ela parece ter ressuscitado de sua morte aparente durante o Plano Cruzado... Estas análises sobre o passado recente, ainda que possam divergir quanto à periodização ou ao realce de determinados aspectos, apresentam em comum alguns outros. Por exemplo: são unânimes em reconhecer o processo de modernização da economia brasileira no Pós-Guerra, tanto na indústria como na agricultura. Nesta última, segundo alguns, assumiu um caráter de "modernização conservadora"³ (Oliveira, 1987, Guimarães, 1978, Brum, 1985 e Muller, 1985), onde a região Sul foi espaço-teste através das lavouras capitalistas de trigo e soja, antes de estendê-la, na década de 70, à região Centro-Oeste e à Amazônia.

Esta "modernização conservadora", implementada como alternativa excludente de uma reforma agrária que alterasse a estrutura de posse da terra, significou a mecanização e tecnificação da lavoura (Brum, 1985), substituidoras dos métodos tradicionais pelos industriais de produção. Estes por seu lado, vinculavam-se cada vez mais ao conjunto produtivo industrial, em relação ao qual aumentava a sua dependência (Guimarães, 1978). Esta dependência da agricultura em relação à indústria se deu, por um lado, em relação ao forte grupo de indústrias fornecedoras de insumos básicos; e de outro, em relação às grandes indústrias transformadoras e

³ Estes autores afirmam que a modernização na agricultura brasileira é conservadora no sentido social, pois ao se capitalizar não altera a estrutura fundiária através de uma melhor distribuição de terras. Ao contrário, conserva a concentração da propriedade na mão de poucos, a exemplo do antigo padrão oligárquico, exclusivo, excluindo e espoliando a maioria dos pequenos agricultores. Os críticos da expressão "modernização conservadora" refutam seu aspecto conservador, pois ela capitaliza a agricultura. Outros como Graziano da Silva, preferem denominá-la "modernização dolorosa".

compradoras da maior parte dos produtos agrícolas (Guimarães, 1978), seja para a exportação, seja para o consumo do mercado interno. Assim se implantou o Complexo Agro-Industrial (CAI) no país⁴.

Quanto ao desenvolvimento industrial, retomado pela instalação da indústria automobilística no ABC paulista, durante o Plano de Metas, foi intensamente enfatizado no pós-64. E se ele elevou o País à 8ª potência industrial do mundo pelo alto crescimento do PIB⁵ (o que não quer dizer tanto, como agora já sabem o rei e o povo da Belíndia), também colocou o Brasil na condição de Novo País Industrial na década de 70, durante a fase ascendente do ciclo econômico, conhecida como "Milagre Brasileiro" (1968-74).

Os analistas também concordam que esta agressiva modernização a que a agricultura e a indústria foram submetidas nas três últimas décadas⁶, resultou num intenso processo de internacionalização da economia e, no dizer de Santos (1979), passamos do "espaço sem nação ao espaço transnacionalizado".

Isto tudo também significou optar, talvez tardiamente, dentro do capitalismo monopolista contemporâneo, por um regime de acumulação denominado Fordismo que, segundo os adeptos da escola da Regulação em economia (Boyer, Lipietz, Coriat, Sabóia), começou a entrar em falência nos países centrais após os seus "anos dourados", ou seja: na década de 50 no Brasil pós-74.

Modernização e agravamento da distribuição de renda.

Retornemos entretanto à "Belíndia de hoje", já que a distribuição de renda é a ponta visualizável do iceberg, para verificar, então, que relações ela mantém com a crise e com o espaço. Segundo a FIBGE, a distribuição da renda da população ativa no período 60/80 demonstra que 50% dos menos ricos detinham 17,4% da renda nacional em 60. Decresceram a sua participação em 1970 para 14,9 e em 1980 limitaram-se a participar em apenas 12,6% da renda do País. Simultaneamente 10% dos mais ricos detinham, em 1960, 39,6%. Em 1970 atingiram 46,7% e, em 1980 aumentaram a sua participação para 50,9% da renda nacional. Isto quer

4 MÜLLER (1985) chega mesmo a enfatizar a industrialização do campo.

5 "O crescimento do PIB em termos reais foi negativo em 1981 (-1,56%), após ter sido fortemente positivo em 1979 e 1980 (6,4% e 7,2%), levemente positivo em 1982 (0,9%), muito negativo em 1983 (-3,16%), para em seguida elevar-se, segundo o IBGE" (Salama, 1987, p. 26).

6 Ver entre outros: Silva e Schor (1979). E ainda no que respeita ao urbano, ver a excelente análise de Davidovich (1985) "Urbanização brasileira, tendências, problemas e desafios".

dizer que os 50% menos ricos diminufram em 4,8% (quase 5%) sua renda em 20 anos, enquanto 10% dos mais ricos aumentaram em 11,3% a sua renda no mesmo período! Coriat e Sabóia (1987, seção II, p. 24) alertam que "durante os últimos 25 anos, o traço marcante permaneceu o aumento das desigualdades salariais. Os ganhos de produtividade não foram transferidos senão muito parcialmente aos salários e de modo muito desigual entre as categorias de assalariados". E ainda: "no início dos anos 80, mais de 40% da população que tinha emprego, não percebia mensalmente mais que um salário-mínimo e quase 20% não passava de meio salário-mínimo" (idem, 1987, Seção I, p. 17).

Caberia perguntarmo-nos o que explica a sobrevivência destes 50% menos ricos na "Belíndia dos anos 80".

Os mesmos autores enfatizam o papel chave do setor informal no mercado de trabalho. Aqueles que nele se encontram representam dois terços da população ativa do país: praticamente a totalidade dos trabalhadores na agricultura, a metade dos trabalhadores nas regiões urbanas e 45% da população ativa do Estado de São Paulo, o que demonstra a relevância do setor informal mesmo nos centros desenvolvidos do País (Coriat e Sabóia, Seção II, p. 25).

Distribuição da população ativa segundo o tipo de ocupação -1983 - %

Tipo de ocupação	Atividades Agrícolas	Atividades não Agrícolas	São Paulo	Total Brasil				
Assalariados c/carteira de trabalho (setor formal)	4	45,5	51,1	34,3				
Assalariados s/carteira de trabalho	33,8	29,5	25,7	30,7				
Trabalhadores independentes	30,3	92,8	19,8	51,4	15,5	44,9	22,2	62,6
Trabalhadores não remunerados	28,7	2,1	3,7	9,7				
Empregadores	3,2	3,1	4,0	3,1				
	100	100	100	100				

Fonte dos dados primários: FIBGE/PNAD

Adaptado da tabela 5 DE: Coriat e Sabóia (1987, Seção II, p.26)

Além deste enorme peso quantitativo do setor informal, o fluxo de passagem da mão-de-obra entre os dois setores - formal e informal - assim como entre o desemprego e a inatividade, é constante. Para Coriat e Sabóia, a especificidade brasileira em termos de relação salarial consiste na enormidade do setor "informal". Alertam que o mesmo papel exercido pelos ajustamentos do salário e do nível de emprego em outros modos de regulação econômicos, no regime de acumulação vigente no país é exercido pela contração relativa do setor informal em benefício do formal em fases de expansão e de expulsões para o setor informal, em casos de recessão, portanto, de crise econômica.

Em suma: um conjunto de elementos perfilam o padrão de acumulação interno implementado e o tipo de inserção do Brasil na economia mundial que visava transformá-lo num "país grande e moderno dentre as potências mundiais". Estes elementos são: a contínua modernização industrial e agrícola impulsionadora do êxodo rural, incapaz de gerar empregos necessários no campo e na cidade; uma relação salarial compressoradora do poder aquisitivo sobretudo nos segmentos de baixa renda; o decréscimo da proporção de trabalhadores urbanos no setor formal (de

53,2% em 1980 reduziram-se a 45,5% em 1983); uma inflação que se elevou de 110,2% em 1980 para 365,96% em 1987; um paralelo aumento das exportações e decréscimo das importações a partir dos anos 80 (Coriat e Sabóia, 1987), a implementação crescente de um Complexo Agro-Industrial (Guimarães, 1978, Brum, 1985). Disto tudo resultou a consequência mais grave: a desigual distribuição de renda que se acentuou nos últimos anos.

A constatação deste conjunto de elementos permite concordar com os que afirmam que o regime de acumulação instalado está em crise (Lipietz, 1985 a e b, Coriat e Sabóia, 1987; Altvater, 1983) e que, face ao agravamento da disparidade de renda, o que permite a sobrevivência das frações da população de menor rendimento, é a inserção da família como um todo na força de trabalho (Woortmam, 1984), com duplo trânsito entre mercado formal e informal, incluindo a criança e a mulher com jornada de trabalho "redobrada".

O padrão de acumulação

Em que consiste explicitamente este modelo de acumulação vigente no país? E o que ele tem a ver com a urbanização? Clarear mais a primeira resposta, permite chegar à segunda.

Como já mencionado, para a Escola da Regulação (que o denomina regime), este padrão é denominado Fordismo e, no caso das economias não centrais, como a brasileira, trata-se de um Fordismo Periférico. Assentado sobre a Política de Substituição de Importações e também de Substituição de Exportações, o Fordismo Periférico no Brasil, foi um padrão de acumulação que se consolidou no Pós-Guerra e se reafirmou pós 64 com vistas a uma acumulação intensiva, viabilizadora de uma industrialização calcada no desenvolvimento de bens de consumo duráveis para o consumo de massa. Automóveis, eletrodomésticos, transportes e eletrônica foram alguns dos ramos industriais fordistas incentivados para massificação do consumo da classe média e daqueles assalariados do setor formal que, por trabalharem nos próprios ramos industriais fordistas, poderiam ter um relativo acesso aos bens de consumo doméstico. Além de visar a um mercado apenas destas frações da população, e, portanto, basicamente urbano, também se efetuou, pela Política de Substituição de Exportações, o envio de manufaturados a baixos preços para os países centrais. Ainda caracteriza o Fordismo a automação crescente do processo produtivo.

Salama (1984 e 1987) define o padrão vigente no país como excludente na medida em que se assenta na capacidade de alijar a maioria da população dos frutos do crescimento, fundado na importância crescente

assumida na distribuição de renda pela classe média. A partir de 1975, o dinamismo da acumulação se baseia menos do que antes no desenvolvimento da produção de bens de consumo duráveis, mas continua a crescer a desigualdade na repartição da renda em favor da classe média. Aponta ainda este padrão como origem da crescente dívida externa, a qual se autonomiza cada vez mais do setor de produtivo. Para pagá-la, o modelo conduziu à redução de três soberanias: a monetária, a orçamentária e a agrícola. Esta última com sérias repercussões sobre o urbano, dada a dependência de alimentos que gerou, fomentadora de penúria nas cidades.

Ora, é evidente que com a distribuição de renda e com a política salarial que o País tinha e tem, caracterizada por arrocho salarial nas épocas de recessão, comprimindo ainda mais o poder aquisitivo dos assalariados de menor remuneração, o regime de acumulação estaria sujeito a uma grande instabilidade e até mesmo ao insucesso (Coriat e Sabóia, 1987).

Além do mais, como demonstra Lipietz (1985 a e b) o Fordismo inaugura uma nova Divisão Espacial do Trabalho que se caracteriza pela partição das atividades em três níveis:

Nível I - a concepção, a organização dos métodos e a engenharia tornam-se atividades autônomas do resto do processo produtivo (e geralmente concentram-se na matriz das firmas originárias dos países centrais).

Nível II - refere-se à fabricação qualificada, que requer uma mão-de-obra especializada.

Nível III - a execução e a montagem não requerem, em princípio, qualquer qualificação da mão-de-obra.

No caso do Brasil, o Fordismo é *periférico* exatamente porque se exclui a possibilidade de instalação de atividades de Nível I, aquelas de concepção e engenharia que possibilitariam a ascensão do setor produtivo a patamares tecnológicos mais elevados e a um capitalismo nacional relativamente "autônomo".

As atividades de nível II e III se instalaram no espaço brasileiro atentas ora aos incentivos da Política de Substituição de Importações ou de Substituição de Exportações ora às "bacias de mão-de-obra" mais qualificadas ou menos qualificadas, e portanto mais baratas, nele existentes.

Efeitos sobre a urbanização

Caracterizado o padrão de acumulação, torna-se possível a resposta sobre o que ele tem a ver com a urbanização. Em primeiro lugar, pelo já exposto percebe-se que ele é a origem do atual agravamento na distribuição de renda, porque tem sido *excludente*. Em outras palavras:

implementou uma política redistributiva da renda em favor de 25 a 30% da população (as camadas médias) e em detrimento dos outros, os "esquecidos", que reduziram sua renda nos últimos 24 anos. Deu curso também a uma política industrial fundada em grandes projetos cujo investimento, além de longo prazo de maturação, exigia financiamentos que excediam a capacidade interna de poupança (Salama, 1987). Consequentemente, nos últimos 12 anos, também a classe média começou a sentir os efeitos da redução de seus rendimentos.

Em segundo lugar, este padrão excludente gerou efeitos que se expressam de forma aguda sobre o urbano. Inicialmente porque o "locus" por excelência das camadas médias é o urbano. Além disso, a ênfase na modernização das atividades econômicas pode ser entendida como o elemento propulsor da velocidade de urbanização do país.

Modernizar velozmente a agricultura sem medidas preventivas significou acentuar a concentração da propriedade rural, incentivar a sua mecanização, aumentando o contingente dos "sem terra" e "sem emprego" e contribuir assim para o êxodo rural. Em outras palavras: quer dizer acréscimos contínuos no contingente demográfico urbano e no atendimento das necessidades de alimentação, saúde, habitação, transportes, educação, emprego. Significou também, com a crise financeira, um forte estímulo a exportações de produtos agrícolas em desfavor do mercado interno. A contração da oferta interna e a elevação dos preços agrícolas pesam sobre o poder aquisitivo dos mais desfavorecidos nas cidades, que dependam unicamente de trocas monetárias, e sobre cujos orçamentos as despesas alimentares pesam demais do que sobre os das demais frações da população.

E assim que a Política de Substituição de Exportações via produtos agrícolas reduz a soberania agrícola, gera dependência e crise alimentar, redundando em *penúria urbana*, na expressão de Salama (1984).

Para melhor compreender o que significou para a urbanização modernizar a indústria, sobretudo no último quarto de século, a seguinte questão enunciada por Lipietz (1985a) pode ser um auxílio: "Por que a indústria, que cresceu mais rápido nos anos 70 nos novos países industriais do Terceiro Mundo, mais que em nenhuma outra parte no curso da História, concentrou-se nas metrópoles, ao invés de se repartir harmoniosamente numa rede de cidades médias, absorvedoras da mão-de-obra livre oriunda da pressão demográfica e do êxodo rural?"

"O fundo da questão me parece ser assim: o desenvolvimento do fordismo periférico se opera numa escala que exclui o espaço territorial e reduz os países a pontos de um espaço mundial discreto (...) Uma firma multinacional que quer fazer o fordismo periférico vem ao Brasil, e

freqüentemente a São Paulo. E as firmas nacionais aqui instaladas agem do mesmo modo, pois é o conjunto do país que assume o papel de uma zona III⁷. As diferenças de rendas ou de qualificações internas no país permanecem, com efeito, de segunda ordem para reportar à diferença entre os países do fordismo central e àqueles do periférico. Quanto aos vastos mercados locais que supõem o fordismo periférico, eles não existem a não ser nas áreas metropolitanas. Do ponto de vista da inserção na economia mundial, como do ponto de vista da formação do mercado local de classes médias, a formação social nacional, engajada na lógica do fordismo periférico, tende a se reduzir a um ponto e este ponto se materializa e se concentra, espontaneamente, nas metrópoles". (Lipietz, 1985a, p.42-43).

Na verdade, não parece ter havido por parte das empresas o intuito de atender aos objetivos típicos das políticas de desenvolvimento urbano e/ou regional dos anos 70, tais como: "promover o desenvolvimento regional equilibrado"; "desconcentrar as áreas metropolitanas"; "promover a descentralização industrial" e "incentivar o desenvolvimento das cidades médias". E, se o fizeram, foi para se assenhorar das benesses concedidas pelo Estado, como ocorre no capitalismo.

O Estado separou diametralmente o discurso e a prática sobre o espaço brasileiro. E o fez sempre que isto se tornou imperativo para atender às demandas de diferentes capitais sob o "regime" de acumulação vigente, auxiliando-os a restaurar sua lucratividade durante as fases recessivas ou seja, nas crises. Essa afirmativa ganha objetividade mais adiante, ao se discutir através da diferenciação espacial do território brasileiro, como os capitais internacionais e nacionais têm se valido de um forte aliado: o capital estatal para produzir ou reorganizar o espaço, acentuando ou substituindo formas, funções e conteúdo pretéritos.

Por ora é importante reter que, ao valer-se da política salarial como instrumento efetivo de regulação da crise, aliada à política de Substituição de Importações e a de Substituição de Exportações, o Estado provocou indiretamente sérios efeitos sobre o espaço nacional. Tais políticas aceleraram o crescimento urbano e induziram o aparecimento de diferentes formas e "conteúdos" de urbanização segundo a diferenciação do espaço brasileiro.

70 autor refere-se à localização de atividades de nível III: de qualificação especializada facilmente adquiríveis ou não qualificadas.

A diferenciação espacial

Lipietz (1985a) afirma que do ponto de vista da Nova Divisão Internacional do Trabalho⁸, no Fordismo, o capital internacional se interessa pelos espaços das economias periféricas, tomando o Estado-Nação apenas como um ponto no espaço discreto mundial para nele instalar as atividades de nível II e III (respectivamente: a fabricação qualificada com mão-de-obra com algumas especialização; e a execução e a montagem que não requeiram qualquer especialização da mão-de-obra)⁹.

Numa perspectiva ampla à escala geográfica mundial, esta visão de conjunto não deixa de ser verdadeira. Porém é preciso não esquecer que a concorrência entre capitais e a fusão entre capital industrial, estatal e financeiro, aliada ao ritmo acelerado do uso de novas tecnologias - tônica do século XX - não é um fato consumado: ainda continua ocorrendo nesta fase monopolista, especialmente durante as crises. E mais: estes fenômenos parecem ter uma expressão espacial no Terceiro Mundo.

A modernização - uma opção consentida no Pós-Guerra, e uma trajetória imposta a partir da segunda metade dos anos 60 - provocou uma alteração radical no espaço. Entretanto ela não se estendeu de chofre a todos os setores da economia e do território nacional, coerente com a própria natureza geograficamente desigual do desenvolvimento capitalista (Davidovich, 1984, p. 19). Por outro lado, ao contrário de nações como as da Europa por exemplo, um país com dimensões continentais como o Brasil tem uma diferenciação espacial de largo espectro. É ela que permite a convivência simultânea de múltiplas modalidades de valorização diferenciada dos capitais e migração dos mesmos no espaço, sempre que esta migração signifique aumento na taxa de lucro. Qualquer brasileiro medianamente informado sabe, por exemplo, do projeto Ludwig instalado na Amazônia dos anos 70¹⁰ e não no Rio Grande do Sul, Santa Catarina ou Paraná. Isso sem citar outros, como os grandes projetos agropecuários do Centro-Oeste e Norte, onde ainda vigoram relações de trabalho semi-escravistas, aliadas à utilização de técnicas extremamente predatórias no uso da terra e na exploração vegetal e mineral, indutoras de formas de urbanização completamente diversas da metropolitana.

A seguir pretende-se delinear alguns aspectos desta apropriação do território, subordinada ao princípio da diferenciação espacial na formação

Embora alerte para os riscos do uso deste conceito (Lipietz, 1984).

⁸ Ver a este respeito, deste autor, o conceito de circuito de ramo em Goldstein e Seabra (1982) e para uma explicitação desta Nova Divisão Internacional do Trabalho no espaço mundial, Ratner (1985) e Lipietz (1984).

Dentre outros autores que analisaram o projeto Jari, ver Oliveira (1987, pp.17-34).

social brasileira. Porém adverte-se não haver certamente o intuito de definir regiões ou propor uma divisão regional. Também não se deve confundir os "espaços" aqui perfilados com uma nova tipologia espacial com limites bem definidos. Primeiro: por ser uma visão simplificada do processo, é incapaz de apreender as múltiplas dimensões de sua dinâmica real. Segundo: porque estes "espaços" muitas vezes se superpõem ou convivem contraditoriamente no espaço social como totalidade. Portanto, afoitamente se distingue "espaços" sem contornos, dentro do espaço-nação. Contudo o objetivo é simples. Perceber hoje, neste território que foi inserido dentro do espaço capitalista internacional, quais as diferenciações distinguíveis, pode se constituir num primeiro bom esforço para repensar a urbanização do país neste fim de século, quando várias transformações estão em curso.

Para uma visão de conjunto, estas diferentes apropriações do território foram assim nomeadas: 1) espaços geopolíticos do norte e do sul; 2) espaços em produção, que se especificam em: espaços para exploração de recursos naturais e espaços para expansão do CAI; 3) espaços em reprodução que se peculiarizam como: espaços de implantação inicial do CAI; espaços da taylorização sanguínea, espaços da modernidade e comandantes de modernização.

Os espaços geopolíticos do norte e do sul

As formas e conteúdos urbanos mais diretamente tutelados pelo Estado talvez sejam os que se desenvolvem nos espaços geopolíticos do norte e do sul. Nos do norte, por terem se constituídos até há pouco em espaços de "reserva", enquanto outros eram produzidos, talvez seja onde a questão geopolítica fique mais evidente. Embora não seja nova, ela se expressa hoje no "Desenvolvimento e Segurança na Região ao Norte das Calhas dos rios Solimões e Amazonas", mais conhecido por seu codinome: "Projeto Calha Norte",¹¹ cuja área de atuação representa 14% do território nacional, na fronteira com a Colômbia, Venezuela, Suriname e Guiana Francesa. Do ponto de vista da Segurança Nacional, o Grupo de Trabalho Interministerial - GTI - que o formulou sob inspiração do Conselho de Segurança Nacional, elegeu como problemas merecedores de

As informações aqui transcritas, foram retiradas da íntegra do projeto publicado pelo jornal "A Crítica" e de OLIVEIRA, S. e MOURA (1987), onde poderão ser obtidas outras informações. Uma visão mais detalhada e crítica do Projeto poderá ser obtida junto à ANAÍ - Associação Nacional de Apoio do índio. Resta salientar também que o "Projeto Calha Norte" não é a única estratégia geopolítica brasileira para o Centro-Norte do país. Os livros de Meira Matos e Golberri do Couto e Silva informam melhor sobre as demais. Entretanto a opção em detalhar o "Calha Norte" e a estratégia integracionista geoeconômica do Sul justifica-se pela sua recente atualidade.

atenção preferencial os que se concentram por 6.500Km de fronteira, desde Tabatinga, AM, até o Oiapoque, AP. Com início previsto para 1986 e conclusão para 1990, ele envolve uma dotação orçamentária para o período 86/89 no montante de 10.558 OTN's, das quais 79% se destinam aos ministérios militares (Exército, Marinha e Aeronáutica) e o restante ao Ministério do Interior e ao Ministério das Relações Exteriores. Os recursos destinados à aplicação em benefício das comunidades indígenas perfazem 1,5% para regularização fundiária e 1% para projetos comunitários. No montante total, a previsão orçamentária era de 75% para o biênio 86/87 e 25% para o triênio 88/90.

A estratégia prevê ações imediatas na faixa de fronteira e ações subsequentes envolvendo a área como um todo, definidas em programas e projetos compatíveis com o Plano de Desenvolvimento da Amazônia e com as recomendações do capítulo "Desenvolvimento Regional do I Plano de Desenvolvimento da Nova República".

As ações imediatas, implementadas através de projetos especiais atingem seis áreas, das quais quatro são prioritárias, entre elas a área caracterizada como *habitat* dos índios Yanomami que vivem ao longo de 900 Km de fronteira com a Venezuela, onde também residem indígenas da mesma etnia. Assim justifica a íntegra do projeto: "Há bastante tempo observam-se pressões, tanto de nacionais quanto de estrangeiros, visando a constituir às custas do atual território brasileiro e venezuelano, um Estado Yanomami".

Os principais aspectos contemplados nestes projetos são: 1) *Fortalecimento das Relações Bi-Laterais*, compreendendo: a) A questão do Comércio fronteiriço. Diz a íntegra do texto: "...todos os países da área amazônica, exceto Venezuela, possuem déficits comerciais com o Brasil, ou seja, o acréscimo marginal de importações brasileiras poderia ser visto como argumento para evitar a imposição de restrições comerciais por parte dos países vizinhos, b) Cooperação técnica vista não só como "ponta de lança, para a exportação de bens e serviços" mas como o mecanismo precursor no estabelecimento de "joint-ventures", exemplificada com a participação brasileira na exportação de carvão metalúrgico colombiano, baseada na cooperação técnica da SIDERBRÁS. c) O Tratado de Cooperação Amazônica, iniciado nos anos 60 e incrementado agora, d) Narcotráfico - "porque seus montantes financeiros representam um perigo para a vida política brasileira" e por permitirem o estabelecimento de áreas geográficas fora do controle do poder nacional", (sic).

2) Projetos especiais para *Aumento da Presença Militar na Área*. O objetivo é fortalecer "a expressão Militar do Poder Nacional na Faixa de Fronteiras e em suas vias de acesso", de onde se seguem atribuições

específicas da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. A justificativa apresentada é que "fatores adversos de ordem econômica, política e social identificados na área, constituem, no momento, ameaças à Segurança Nacional, pondo em risco a integridade do patrimônio nacional, com reflexos na própria soberania" (sic). Segue-se a programação proposta para cada ministério militar, abrangendo construção, ampliação e manutenção de instalações militares e, pelo menos, 18 núcleos urbanos com instalação de vilas militares e sua respectiva infra-estrutura urbana, compreendendo prédios para órgãos públicos, ambulatório, escolas, etc. Seguramente só este tipo de projeto já significa uma nova urbanização da região com suas decorrentes necessidades.

3) Projetos especiais para *Intensificação das Campanhas de Recuperação dos Marcos Limítrofes*, definida como "atividade de capital relevância política".

4) Definição de uma Política Indigenista Apropriada à Região, uma vez que o documento considera que esta "deve partir de uma experiência de campo intensificada", o que resulta em incremento das ações da FTJNAI, fortalecendo sua "estrutura operacional" e promovendo "estudos e demarcações de área indígenas" (sic).

Afirma ainda o documento que "a complexidade e especificidade das demais necessidade fundamentais, como a ampliação, de infra-estrutura viária, a aceleração da produção de energia hidroelétrica, a interiorização de pólos de desenvolvimento econômico e a ampliação da oferta de recursos sociais básicos, não permitiram que o GTI apontasse, dentro da urgência com que foram conduzidos os trabalhos, ações ou medidas que viessem a materializar tais determinações". Porém há informes de que já foram concedidos 537 alvarás para empresas mineradoras, com a seguinte participação: 50% nacional, 40% multinacional e 10% estatal. Promover a viabilização do capital minerador parece ser um dos objetivos (não explícitos) do Projeto Calha Norte (Oliveira e Moura, 1987). Ressalte-se ainda a existência de outros projetos militares na Amazônia (Oliveira, 1987, pp. 121 e segs.).

No que respeita aos espaços geopolíticos do Sul, em nome de uma preconizada integração entre as províncias do norte da Argentina e os estados do Sul do Brasil, buscam os dois governos firmar acordos de complementação econômica e comercial. Nestes espaços a geopolítica expressa-se mais pelos aspectos econômicos que pelos de ocupação militar, como nos do Norte. O processo, iniciado oficialmente no transcorrer de 1987, através de várias reuniões realizadas em cidades fronteiriças dos dois países e em Porto Alegre, prevê: a criação de comitês de fronteira; a promoção de um maior intercâmbio comercial das produções

regionais recíprocas; o estabelecimento de projetos integrados de cooperação técnica, econômica e financeira, destinados à produção, armazenamento, comercialização, desenvolvimento tecnológico e transporte de produtos de ambas as regiões; o incentivo a empreendimentos conjuntos de novos produtos para o mercado regional e externo às duas regiões; a construção de mais uma travessia sobre o rio Uruguai; a construção de um gasoduto desde a Argentina até o Rio Grande do Sul e a construção da represa de Garabí. Destacam-se ainda, dentre os objetivos propostos do protocolo regional: gerenciar a implementação de um corredor de exportação entre o Nordeste Argentino e Porto de Rio Grande; criar centro de documentações estatísticas regionais, com o intercâmbio mútuo das estatísticas existentes; realizar estudos para a implantação de um distrito industrial na fronteira da Argentina com o Rio Grande do Sul; promover a cooperação técnica em pesquisa e tecnologia; estimular a criação de "joint-ventures"¹².

A propósito de corredores de exportação, Wettstein e Campal (1984, p.11 e 12) esclarecem que eles constituem uma forma integrada de diferentes sistemas de transporte - rodovias, ferrovias, transporte fluvial - que permitam o trânsito maciço da produção do interior até os portos exportadores. Os corredores de exportação foram implementados pelo Japão que controla o transporte marítimo com grandes barcos graneleiros. Nos espaços geopolíticos do Sul há dois com influência transnacional: o primeiro é a rota Puerto Stroessner - Foz do Iguaçu - Paranaguá, onde já se encontra em uso uma complexa infra-estrutura de apoio para cereais, da qual se valem as grandes empresas para comerciar dentro do Paraguai, comprando a melhor preço a produção e assegurando um rápido e organizado fluxo para exportação. O segundo, constituído por Paso de Los Libres - Porto Alegre - Rio Grande, tem como eixos o sistema fluvial tributário da Lagoa dos Patos e a rodovia Porto Alegre - Uruguiana - Paso de Los Libres, por onde escoam a produção argentina de maçãs e pêras para as grandes metrópoles brasileiras através do porto de Rio Grande.

Os mesmos autores afirmam: "Parece lógico pensar que toda a produção das Missões argentinas e de outras províncias do nordeste chegarão ao Atlântico por território brasileiro, e que em seu deslocamento afetará também decisivamente a economia do norte e do leste uruguaios" (p. 12). E acrescentam: "Resulta um lindo desafio este de tentar o desenvolvimento cabal da Bacia do Prata em benefício dos 70 milhões de

12 Estas informações constam no conjunto de documentos constituídos pelas declarações firmadas nas várias cidades onde se efetivaram as reuniões regionais, desde 25/06/87 a 21/01/88.

habitantes que a povoam. Mas para consegui-lo há entretanto que desvendar muitas incógnitas e resolver inumeráveis contradições. O que é em realidade a integração? Com quem se deve levar adiante? Sobre que bases deve se estruturar? Qual é a perspectiva integradora que melhor se adapta aos países platinos? Coadunam-se estas perspectivas entre si? Como se complementa esta "nossa" integração, com os projetos geopolíticos que estão ocorrendo na área do Caribe?" (Wettstein e Campal, pp. 15 e 16). Se tais perguntas estão longe de respostas simples, pelo menos resta a advertência de que a elas se relaciona, muito provavelmente, o expansionismo da modernização agrícola conservadora, nos países do Cone Sul.

Os espaços em produção

Se os espaços geopolíticos representam uma nítida expressão espacial do Estado militarizado ou de sua geopolítica de cunho econômico, os espaços em produção recente representam a apropriação do território pelo capital privado, conduzido pela mão não invisível assim do Estado, nas duas últimas décadas. De um modo geral, os espaços em produção abarcam as vastas áreas do território nacional de apropriação recente.

Espaços altamente capitalizados para exportação de recursos naturais

Aqui se inclui a construção de barragens e grandes hidrelétricas para produção de energia, mas o Programa Grande Carajás (PGC) é seguramente, dos espaços altamente capitalizados para exportação de recursos naturais, talvez o mais expressivo. Em seus 900.000Km² (um décimo do território nacional), Carajás - abrangendo todo o Estado do Maranhão, o norte de Goiás e a metade do Pará - abriga as principais reservas minerais do país: em torno de 25 e 30 bilhões de toneladas de variados minérios, entre os quais as mais importantes reservas nacionais de alumínio e cobre, a segunda maior reserva de manganês do país, além de importantes reservas de ouro, níquel e estanho. Há quatro grandes projetos mínero-metalúrgicos na área (Ferreira, 1982): 1) O projeto Ferro-Carajás visando à produção de 35 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), para a exportação sob a forma primária ou de ferro-gusa. É o projeto menos lucrativo por incluir a infra-estrutura de transporte para a série de outros projetos (construção da ferrovia de 900 Km entre a Serra dos Carajás e o porto da Madeira, em São Luís do Maranhão). Além disso, a venda de seus serviços se faz, na maioria das vezes, a preços inferiores ao custo, para favorecer os empreendimentos privados. A ferrovia, para justificar os

investimentos de 4 bilhões de dólares para a exportação de apenas 500 milhões de dólares de minério de ferro por ano, foi transformada num "corredor de exportação", loteando-se suas margens com glebas de 10.000ha (Ferreira, 1982, p. 35). Os três outros projetos: Alinorte, Albrás e Alumar constituem-se de uma associação entre capital de multinacionais como a Nippon Amazon Aluminiuns Co., e Shell, com o capital estatal através da CVRD. Além do ferro e ilumina destes 3 projetos, há também fora da área do PGC o projeto de Mineração do Rio do Norte, cujo objetivo é a exportação de 3,4 milhões de toneladas por ano de bauxita. Há ainda a usina de Tucuruí no rio Tocantins. A energia lá produzida é subsidiada para alguns grandes empreendimentos como o do alumínio altamente energívoro.

Por se situar na floresta equatorial da Amazônia, as reservas em madeira constituem um outro aspecto da questão e, certamente, não dos mais tranquilos se considerarmos as repercussões ecológicas sobre a forma, a escala e o ritmo com que se procede à exploração do solo e subsolo. Quanto às repercussões sociais, "se o PGC realmente executasse sua principal meta social de criar um milhão de novos empregos na área sob sua jurisdição (90 milhões de ha), isso significaria que, em 15 anos, 9 milhões de pessoas se dirigiriam para os estados do Pará, Maranhão e Goiás, atraídas pelos empreendimentos econômicos que ali seriam implementados. Oito milhões de pessoas, não absorvidas pelas atividades econômicas do programa, continuariam sua migração mais para o interior da Amazônia ou ficariam nas dezenas de cidades que estão surgindo ao redor dos grandes projetos. Dificilmente essa projeção de empregos - 900.000 em atividades agropecuárias e florestais, mais 100.000 em mineração, siderurgia e metalurgia - será cumprida. Mas o crescente êxodo para a área do "Carajazão" já tem trazido muito mais problemas do que soluções para a própria região. (...) Privilegiando o capital e usando tecnologia poupadora de mão-de-obra, o "Carajazão", ao contrário, deverá multiplicar e ampliar a gravidade desses problemas". (Pinto, 1982, p. 46). Os conflitos de terra no Araguaia - Tocantins, especialmente no "Bico do Papagaio", são uma expressão visível destes problemas. Como ressaltam Becker e Osório (1982, p. 48), "reproduz-se assim, na região de Carajás, o padrão nacional de estrutura fundiária, com forte concentração das terras nas mãos de poucos".

Espaços altamente capitalizados para expansão do CAI

Estes frequentemente se justapõem ou, às vezes, mantêm contigüidade espacial com os anteriores. Por isso, é impossível deixar de mencionar os problemas que a ameaça das empresas madeireiras e dos projetos agropecuários, do garimpo e das minas trazem às aldeias indígenas existentes na região. Estes problemas iniciam-se com a ameaça à própria integridade física do índio, além de expropriá-lo de suas terras. Tudo leva a crer que, neste espaço em produção, a palavra "carajá" atinge o seu pleno significado. Em língua tupi, ela quer dizer "o inimigo", o "outro povo" (Ferraz, 1982, p. 51).

Nas últimas décadas, o Paraná, Mato Grosso, Goiás e, a partir da década de 70 também Rondônia, Acre e outras vastas áreas da Amazônia, receberam os incentivos governamentais para os grandes projetos agropecuários concomitantes aos projetos de colonização nas agrovilas para estimular o êxodo rural dos estados do sul - áreas de tensões e conflitos fundiários. A construção de infra-estrutura viária no fim da década de 60 - a Transamazônica e a Belém - Brasília - tinham um duplo objetivo: facilitar o desbravamento da floresta pela colonização, e escoar, futuramente, o fluxo da produção dos projetos incentivados. Os eleitos sobre a ocupação destes espaços têm sido analisados com profundidade por vários autores, entre os quais Becker (1985), Valverde (1982 a e b), Machado (1982) e Oliveira (1987).

De qualquer forma, não resta dúvida tratar-se de um nítido exemplo de apropriação do espaço pela fusão entre capitais financeiros, industriais e comerciais, estimulados pela política de substituição de exportações, cuja principal justificativa apoiava-se e ainda se apóia (como em Carajás) na obtenção de divisas para o pagamento da dívida externa. Segundo Oliveira (1987, pp. 81 e 83), a área ocupada pelos projetos agropecuários e agroindustriais é de mais de 9 milhões de hectares. A área média dos mesmos é de 7.000ha no Amazonas, 14.100ha em Goiás, 16.300ha no Pará e 31.400ha em Mato Grosso. Ao final de 1985, 72% destes projetos incentivados pela Sudam concentraram-se no Pará e no Mato Grosso, tendo como objetivo principal o aumento do rebanho bovino em 6,2 milhões de cabeças e a criação de 36.600 empregos. Sendo a relação bovino/área ocupada em média de 1,5ha e a relação trabalhador/área ocupada em média de 1 trabalhador para 250ha (Oliveira, p. 83) parece inviável o montante dos empregos preconizados... O que acontecerá, pois, em termos de urbanização, com os migrantes atraídos para os mesmos? Possivelmente tornarão a realizar amplos deslocamentos espaciais de trajetória social descendente, onde mesmo nas zonas de

colonização oficial, só 20% dos atuais residentes foram assentados como colonos (Becker, 1985, p. 28).

Tratava-se, portanto, de expandir a fronteira agrícola via modernização, através de uma política agrícola favorecedora de uma agricultura empresarial, em detrimento de uma reforma agrária para solver os conflitos e as expulsões dos sem-terra. Ao contrário, acentuando a concentração da propriedade agrária, ela acirrou estes conflitos e despejou nas cidades com muita rapidez os pequenos agricultores expropriados.

Espaços em re-produção

Enquanto os espaços em produção permitem perceber com bastante nitidez o conceito de regionalização como processo atuante na realidade responsável pela *formação* de regiões (Duarte, 1980, p. 17), os espaços em re-produção revelam sua *transformação* (Mesquita, 1984, p. 97), incluindo nesta a dissolução das estruturas anteriores (mesmo que não totalmente) e a emergência de novas estruturas. Sob este enfoque é que estes espaços caracterizam-se por estar sendo novamente produzidos para outros usos e com outras valorizações, às vezes diversas das pretéritas.

Espaços de implantação inicial do CAI

Já houve referências a eles, quando se mencionou a região sul e especialmente o Planalto Gaúcho como espaço-teste de modernização da agricultura. De fato, a área vem sofrendo transformações mais acentuadas desde o Pós-Guerra. Estas se aceleraram durante o "Milagre Brasileiro", com a rápida substituição da policultura de pequena propriedade colonial, pelas culturas capitalistas mecanizadas de trigo e soja. O interior do Estado de São Paulo e o Planalto Riograndense foram pois as áreas iniciais de implantação da modernização conservadora na agricultura que depois se estendeu para Santa Catarina, Paraná, sul do Mato Grosso e Goiás. Atualmente vastas extensões da Campanha Gaúcha também foram absorvidas. Estes extensos espaços, aos quais mais tarde se somaram os espaços de expansão, representaram um duplo papel no padrão de acumulação nacional. Se por um lado seu uso visava ao equilíbrio da balança comercial e ao pagamento da dívida externa pelo incremento no volume das exportações, por outro lado propiciou a criação e captura de um mercado para máquinas, implementos agrícolas, adubos, fertilizantes e sementes híbridas. A instalação de indústrias responsáveis por estes produtos (quase sempre de capital externo) estava assegurada no país, o que representou alterações também na pauta de importações. O surgimento de numerosas indústrias alimentícias novas (laticínios, enlatados, óleos comestíveis), deslocou e ampliou o destino da produção agrícola,

em detrimento do consumo "in natura", nas cidades. Alterados os hábitos alimentares com o consumo crescente de alimentos industrializados, capturava-se o mercado interno urbano, especialmente dos segmentos da população com poder aquisitivo para sustentar este padrão de consumo.

É assim que assume nova face o modelo primário-exportador de base agrícola. Agora, aliado às indústrias alimentícias para o mercado urbano interno, enseja a implantação de um Complexo Agro-Industrial - CAI.

O que significou em termos de urbanização, a reprodução destes espaços? Primeiro: uma intensa mobilidade da força de trabalho. Este efeito acentuou-se na década de 70. A migração de gaúchos, por exemplo, para os espaços em produção caracterizou o Rio Grande do Sul como uma das mais expressivas áreas de expulsão demográficas no país que, entretanto, revela uma contradição. A permanência de área de tensões fundiárias, não solucionadas até hoje, é uma característica destes espaços. Segundo: como nos espaços em expansão da Amazonas, também nestes está significando o surgimento de numerosas pequenas cidades. Porém nestes há indícios de que seguimentos médios em ascensão aliam-se os capitais agrícolas, comerciais e bancários indutores da reorganização do espaço para implantação do CAI. Suas "elites", desejosas de se tornar governo local, envolvem-se na emancipação de vilas, povoados, distritos, para transformá-los em "cidades" (Mesquita, 1987). Possivelmente uma urbanização que assume formas bem diversas das pequenas cidades dos espaços em produção no Norte, ainda que as necessidades em infraestrutura urbana possam se assemelhar em ambos. E que nestes espaços em reprodução, removida em grande parte a agricultura tradicional, a implantação do CAI (via trigo, soja, milho), fomenta uma verdadeira industrialização do campo. Porém não no sentido que poderíamos imaginar: agro-industriais instaladas no campo, *sempre* junto às fontes de matéria-prima. Esta industrialização do campo é *deslocalizada* e significa um crescente atrelamento da agricultura à indústria (Guimarães, 1978 e Müller, 1985) onde quer que ela se localize, tanto pelo lado dos insumos, quanto dos produtos. Ela se instrumentaliza com a modernização do terciário: surgem nova rede de transportes e novos sistemas de comunicação, mas também os serviços comerciais, bancários e públicos são informatizados. Além de liberar mão-de-obra - o mais óbvio dos efeitos, seria importante conhecer os outros que estas mudanças provocam, em especial as novas formas de urbanização, tendo em vista as novas condições de fluidez do espaço daí emergentes.¹³

Um outro exemplo de deslocalização, ou melhor, de novas formas emergentes de apropriação do valor-trabalho, como nos países centrais, parece vir ocorrendo também no Brasil. Um exemplo disso parecem constituir indústrias de calçados do Vale do Rio

Sumarizando: sobre estes espaços o modelo primário-exportador parece que se renova. A implantação do CAI restaura os Capitais ao mesmo tempo que tecnifica e urbaniza o campo.

Espaços de taylorização sanguínea

A restauração da lucratividade dos capitais no atual regime de acumulação não se efetivou apenas através da associação agricultura-indústria-serviços. Os estudiosos da teoria das crises têm nos alertado para o que é intrínseco ao Fordismo Periférico, principalmente pela política de substituição de importações. Trata-se da aquisição nos países centrais de bens de equipamento e "Know-how" de engenharia para fabricação local com uma mão-de-obra menos eficaz, mas muito menos bem paga e com uma organização sindical mais fraca que a dos países centrais. A produção destina-se parte ao mercado interno e parte é reexportada. Sendo o "Know-how" exterior, os ganhos de produtividade que restauram estes capitais se efetuam naqueles pontos do território onde existem "bacias de mão-de-obra",¹⁴ com pouca ou nenhuma qualificação, e onde se instalam plantas industriais de segmentos precisos da produção.

Ao contrário da mecanização veloz da agricultura, nestas indústrias a estratégia é outra. A taylorização sanguínea mobiliza um grande contingente de trabalhadores que, segundo Lipietz (1984, p.87) é preferencialmente uma mão-de-obra feminina, de modo a incorporar todo o "savoir-faire" e disciplina adquirida através da exploração doméstica patriarcal. Esta industrialização "é sanguínea no mesmo sentido em que Marx fala da 'legislação sanguínea' no início do capitalismo central. À opressão das mulheres acrescentam-se todas as armas modernas da repressão anti-operária". A forte taxa de exploração se efetiva não só pelos salários mas também pela jornada e intensidade de trabalho. As zonas francas e os 'estados-oficina' asiáticos são os espaços que melhor ilustram esta estratégia, especificamente na produção de têxteis e artigos eletrônicos (Lipietz, 1984, p. 87).

No caso brasileiro, a Zona Franca de Manaus concretiza espacialmente esta estratégia de acumulação. Oliveira (1987) no capítulo, "Manaus, a Hong-Kong brasileira", esclarece que as empresas lá instaladas beneficiam-se de dupla vantagem: a isenção de impostos para

dos Sinos, no Rio Grande do Sul. Em alguns casos elas contratam trabalho por tarefa a domicílio, que as livra das obrigações trabalhistas e previdenciárias e permite a utilização da mão-de-obra feminina e infantil que assim contribuem para melhorar a renda familiar.

¹⁴ Expressão de Lipietz (1985 a e b).

produzir e uma mão-de-obra barata, com salário mínimo inferior a 50 dólares, o que as torna, face ao mercado internacional, fortemente competitivas, possibilitando lucros altíssimos.

A participação significativa do setor eletroeletrônico (19% da produção e 50% do emprego) tornou esta Zona Franca um dos principais pólos deste setor no mundo (Oliveira, 1987, p. 112).

Dois elementos nos podem levar a imaginar os efeitos urbanos de sua implantação: o incremento e distribuição demográficos e a distribuição dos salários. Em 1950, a população de Manaus respondia por 27% do total do estado; trinta anos depois ela participava com 44% neste total. A taxa geométrica de crescimento demográfico de 7,3% para Manaus contrastava com os 2,1% do interior. Quanto "ao rendimento médio mensal das pessoas com 10 anos e mais, a distribuição era a seguinte: 45% não recebiam rendimento algum; 18% recebiam até um salário mínimo; 18% entre 1 e 2; 6% entre 2 e 3, o que equivale a dizer que 42% dos trabalhadores recebem menos de 3 salários mínimos. Apenas 6% recebem entre 3 e 5 salários mínimos, 5% entre 5 e 10, e somente 2% ganham mais do que 10 salários mínimos. Este quadro demonstra a situação de competitividade das indústrias instaladas na Zona Franca, ao mesmo tempo que demonstra o grau elevado de exploração da mão-de-obra operária na região (Oliveira, 1987, p. 113). Considerando-se que os benefícios sociais: - a previdência, assistência em educação - creches, escolas e saúde - são extremamente ineficazes no país e estão há anos-luz das que o Estado do Bem Estar Social implantou nos países centrais, compreende-se o papel destes espaços de taylorização sanguinária. Eles representam um nítido exemplo da utilização do fator trabalho com a aquiescência do Estado, em busca da elevação da taxa de lucro. Esta utilização somada às várias formas que os incentivos governamentais assumem (isenção de impostos, facilidades creditícias, etc), asseguram aos capitais instalados neste espaço sobre lucros inimagináveis.

Espaço da modernidade e comandantes da modernização

Talvez nestes se situem, de uma forma condensada, as várias repercussões atuais do padrão de acumulação vigente e também todas as expressões possíveis da modernidade. Sob o ponto de vista físico os espaços urbanos das grandes cidades, pela valorização diferenciada do solo, permitem a identificação de áreas centrais densamente edificadas, em contraste com "vazios" intermediários e com periferias ora de uso residencial dos segmentos sociais mais abastados, ora de uso dos segmentos sociais carentes. Em suas formas extremas, estes últimos são os espaços continentes da miséria rural e urbana. Vasta literatura foi produzida nos

últimos anos sobre a temática, de modo que parece desnecessário detalhá-la; mesmo porque ela é familiar aos olhos de qualquer transeunte das grandes cidades capitalistas do Terceiro Mundo.

No país, os espaços da modernidade e comandantes da modernização são facilmente perceptíveis nas grandes metrópoles do Sudeste. "A metrópole clássica do capitalismo transformou-se, primeiro, na metrópole com subúrbios e, agora, na metrópole ampliada composta com periferia. O principal agente do aparecimento desta última forma da grande cidade foi o capital de serviços, como centro do processo de modernização, via Estado e planejamento. Isto que dizer, também, que o modo atual de acumulação inicia-se com o investimento prévio em capital de informação e capital de comunicação".(Silva, 1985, p. 1269). É portanto nestes espaços que se processa a informatização dos serviços, a automatização célere dispensadora de postos de trabalho e expulsora para o setor informal, mas também, dada a nova organização da grande empresa internacional ou nacional (e do setor público), aí se expandiram significativos contingentes administrativos e gerenciais que contribuíram para a diversificação da classe média urbana e ampliação de seus extratos superiores (Davidovich, 1985, pp. 14,15). Como já mencionado antes esta foi a clientela-alvo do Fordismo Periférico.

Face à nova Revolução Tecnológica que já está em curso, marcadamente de caráter serviço-intensivo na economia moderna (Braga, 1988), estes espaços dentro do país já são e certamente continuarão a ser os responsáveis pela difusão de inovações, donde seu papel de comandar a modernização.

Em que pese porém este papel comandante, tais espaços não devem ser confundidos apenas com o das grandes metrópoles. As alterações rápidas que se efetivam nos meios de transporte e de comunicação parecem guiar as novas condições de fluidez do espaço e assim contribuir para a difusão da vida moderna. Assim, seja no interior da área rural do Rio Grande do Sul onde as intempéries climáticas podem impedir o trânsito pelas estradas vicinais, seja no interior do Amazonas onde o acesso só se efetua após semanas de barco ou por avião, é possível presenciar pela televisão a difusão dos hábitos, expressões, maneiras de vestir e demais aspectos destes grandes centros urbanos. Em ambas as situações, como em muitas outras, o isolamento é rompido e as imagens da modernidade vão penetrando e modificando contraditoriamente os espaços diferenciados, talvez porque "o fato básico da vida moderna, conforme á vê Marx, é que essa vida é radicalmente contraditória na sua base" (Berman, 1987, p. 19).

Sumarizando, para uma visão de conjunto, poder-se-ia condensar as características de cada um destes espaços no quadro:

1 Espaços geopolíticos
do norte e do sul

"Projeto Calha Norte" -14% do território nacional; 6.500 Km de fronteira; no período 86/89, 79% das verbas destinadas aos ministérios militares, objetivando fortalecimento das relações bi-laterais, aumento da presença militar na área, recuperação de marcos limítrofes, política indigenista regional.

No Sul: acordos de complementação econômica, criação de comitês de fronteira, projetos regionais de cooperação técnica, econômica e financeira para produção, armazenamento, comercialização, desenvolvimento tecnológico e transporte de produtos, construção de travessia sobre o rio Uruguai, gasoduto e represa de Garabi. Implementação de um corredor de exportação, estímulo à criação de "joint-ventures", etc.

2 Espaços em produção	2.1 Espaços altamente capitalizados para exportações de recursos naturais	Construção de barragens e grandes hidrelétricas. Programa Grande Carajás: quase 10% do território nacional com as principais reservas minerais do país (alumínio, ferro, cobre, manganês, ouro, níquel e estanho). Construção da ferrovia entre a Serra de Carajás e o porto, em São Luís (Ma). Projeto Multinacionais: Alinorte, Albrás e Alumar. Projeto de mineração do Rio do Norte (bauxita). Áreas de intensos e dramáticos conflitos de terra.
	2.2 Espaços para expansão do CAI	Projetos madeireiros e agropecuários, garimpo e minas. Projetos de colonização na floresta Amazônica.
3 Espaços em reprodução	3.1 Espaços de implantação inicial do CAI	Planalto riograndense e interior do estado de São Paulo, expansão para Santa Catarina, Paraná, Sul de Mato Grosso e Goiás e parte da Campanha Gaúcha. Criação e captura de um mercado para máquinas, implementos agrícolas, adubos, fertilizantes e sementes cúbicas. Industrialização do campo nas lavouras capitalistas de trigo, soja, milho e arroz. Intensa mobilidade da força de trabalho.
	3.2 Espaços da Taylorização sangüinária	Instalação de indústrias que requeiram pouca ou nenhuma qualificação da mão de obra. Zona Franca de Manaus, onde 45% dos trabalhadores não recebiam rendimento algum e 2% ganham mais que 10 salários mínimos.

3.3 Espaços da Modernidade e comandantes da modernização

Espaços urbanos das grandes cidades de áreas centrais densamente edificadas contrastantes com "vazios" intermediários.

Espaços iniciais de informatização dos serviços e de automatização célere, dispensadora de mão-de-obra e expulsora para o setor informal. Espaços responsáveis pela difusão de inovações.

Uma reflexão necessária

No presente artigo procurou-se apontar as repercussões de um padrão de acumulação em crise sobre um espaço diferenciado como o do Brasil, neste fim de século. Agora, que o Estado se propõe repensar uma política espacial como a Urbana para o país, que elementos seriam importantes ter claramente presentes?

Para começar, as soluções passam *primeiro* por algumas diretivas espaciais. Como afirmam os adeptos da escola da Regulação, o modo de regulação está em crise neste regime de acumulação que é o Fordismo, seja ele periférico ou não. No Fordismo Periférico como o do país, até mesmo para absorver a produção no mercado interno, do ponto de vista da organização do trabalho, urge uma política salarial que não acentue tanto as disparidades sociais pela fixação de um piso salarial não tão distanciado do salário médio, penalizando as altas rendas.

Algumas das atuais tendências do padrão podem se tomar perversas se privilegiam uma redução do tempo de trabalho e maximização da produção, sem evitar uma crescente automatização em detrimento da absorção de empregos (Lipietz, 1985).

O Estado do Bem-Estar Social, há longo tempo em prática nas economias centrais, está em crise, demonstrando a sua ambivalência ao oportunizar a reestruturação dos capitais ao mesmo tempo que oferece benefícios sociais minimizadores da resistência do assalariado e pressupondo a existência de empregos. Como o governo não pode mais garantir a política de pleno emprego, assiste-se hoje a uma crise do Estado do Bem-Estar Social (Altvater, 1982). No Brasil, ao contrário dos governos sociais-democratas, ou neoliberais da Europa ou EUA, este nem chegou a ser completamente implementado e, de acordo com o modelo, já se segue os passos para implantação de um Estado Militar. Este tem um novo papel que supõe afastamento da função redistributiva do Estado,

simultâneo a uma acumulação seletiva e reforço militar (Castells, 1986, p. 12), ainda que o discurso seja: "Tudo pelo Social". Segundo Castells (1986 p. 12) "a tendência é muito clara no mundo em geral e nos EUA em particular: austeridade fiscal para despesas sociais e enorme expansão das despesas militares". O Estado Militar, se não se justifica nem mesmo nas economias centrais, quanto mais num país com as disparidades de renda do Brasil.

Se o modelo está em crise, que adaptações serão realizadas na matriz do setor produtivo nacional e no seu modo de regulação? Seguramente, uma Política Urbana terá que considerar como elas afetarão a reorganização do território.

Cabe refletir sobre que medidas acauteladoras devem ser tomadas para que ações efetivas da política econômica não venham agudizar os problemas de concentração e metropolização. Se a Política Urbana que agora se pretende retomar representa um compromisso, cabe perguntar: um compromisso com quem e a favor de quem (dentro e fora do reino da Belíndia).

Lipietz (1985) sugere que uma saída progressista para a crise implica, entre outras medidas, numa *reterritorialização* da relação entre qualificações e empregos, entre produção e uso social; necessitará de formas de regulação não mercantis, democráticas, o mais próximo possível da base, portanto *regionais*.

Para atuar nesses espaços diferenciados é preciso saber como se regulam as relações de trabalho. Isto se faz necessário para ambos os setores do mercado de trabalho: tanto o formal como o informal. A Política Salarial traça diretrizes só para o primeiro, que é eminentemente urbano. Não se pode esquecer que o último abrange 62% da força de trabalho do país. Além disso, a organização do trabalho nos dois setores assume especificidades que se diferenciam no espaço, entre as diversas frações da população economicamente ativa. Em suma: o desafio assume as dimensões espaciais do país, ou seja: é gigantesco!

Àqueles que de uma forma ou de outra estão no aparelho de Estado, envolvidos com as políticas públicas em implementação, especialmente a Urbana, surge outra questão: - como democratizar, atender a demandas legítimas, sem manipular? Vale dizer: sem que a mobilização comunitária signifique uma cooptação dos processos sociais territoriais? Em outras palavras: que uso político do território e a favor de *quem*, de forma que o discurso da participação não se transforme na prática da cooptação e da manipulação. Em suma: urge uma séria reflexão sobre que compromissos a Política Urbana vai assumir, e a favor de quem?

Oxalá sejam em favor de maior justiça social neste espaços diferenciados do país. Para finalizar, cito Lenin, sem significar com isso adesão às formas históricas, concretas que o seu ideário assumiu: "Sonhar é preciso, desde que realizemos o sonho meticulosamente e o confrontemos passo a passo com a realidade".

Bibliografia

- ALTVATER, Elmar - (1982) - "O Novo Papel do Estado" - palestra proferida no Instituto Goethe, Porto Alegre.
- ALTVATER, Elmar — (1983) — "O Capitalismo em vias de Recuperação? Sobre a teoria da "Onda Longa" e dos "Estágios" — In: *Ensaaios FEE*, Porto Alegre, 3 (2): 5-30, 1983.
- BACHA, Edmar - (1976) - "O Rei da Belíndia (uma Fábula para Tecnocratas)" - *Os Mitos de uma Década: Ensaaios de Economia Brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 57-62.
- BECKER, Bertha e MACHADO, Lia (1982) - "Uma Nova Fronteira para o Século XXI" - *Ciência Hoje*, ano 1, n° 3, novembro/dezembro, pp. 45-50.
- BECKER, Bertha - (1984) — "A Crise do Estado e a Região - a Estratégia de Descentralização em Questão" - *Anais do 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos* - São Paulo - julho - pp. 365-385, vol. 2.
- BECKER, Bertha - (1985) - "Os Deserdados da Terra" - *Ciência Hoje*, vol. 3, n° 17, março/abril.
- BERMAN, Marshall - (1987) - "Introdução: A Modernidade Ontem, Hoje e Amanhã" In: *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar*, São Paulo, Companhia das Letras, 2ª reimpressão, pp. 15-36.
- BRAGA, Carlos Alberto Primo - (1988) - "A Economia Mundial em 2010" - artigo na *Folha de São Paulo*, São Paulo, 31/01/88, p. A-36.
- BRUM, Argemiro - (1985) - *Modernização da Agricultura: Trigo e Soja, IJUÍ, FIDENE. CARTA DE PORTO ALEGRE*, 10 E 11/09/87.
- CONCEIÇÃO, Octávio A.C. (1987) - "Crise e Regulação: a Metamorfose Restauradora da Reprodução Capitalista" - *Ensaaios FEE*, Porto Alegre, 8 (1): 155-174.
- CORIAT, Benjamim e SABÓIA, João — (1987) - "Regime d'Accumulation et Rapport Salarial au Bresil (des années 1950 aux années 1980) Un processus de Fordisation Forcée et contrariée", versão preliminar de janeiro de 1987.
- COSTA, Rogério Haesbaert da - (1984) - "Região: Questões Técnicas e uma Proposta de Análise" In: *Anais do 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos*, São Paulo, julho, pp. 356-364, Vol. 2.
- DAVIDOVICH, Fany (1985) "Urbanização Brasileira: Tendências, Problemas e Desafios", *Espaço e Debates*, São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, n 13, pp. 12-29.
- DECLARACIÓN DE CORRI ENTES*, em 27/11/87.

- DECLARACIÓN DE PASO DE LOS LIBRES, Argentina-Brasil, em 25/06/87.
- DECLARACIÓN DE URUGUAIANA, em 19/08/87.
- FERRAZ, Iara (1982) - "Os índios Pagam Primeiro: e mais Caro" *Ciência Hoje*, ano 1, n° 3, nov/dez, pp. 51-53.
- FERREIRA, Argemiro, (1982) - "Carajás, o Grande Desafio" *Ciência Hoje*, ano 1, n° 3, nov/dez, pp. 30-66.
- GOLDSTEIN, Léa e SEABRA, Manuel (1982) "Divisão Territorial do Trabalho e Nova Regionalização" *Revista do Departamento de Geografia/USP* — n° 1, pp.21-48.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto (1984) "Um Passeio pela Ordem do Caos Urbano" in *Paixão da Terra — Ensaios Críticos de Ecologia e Geografia*, Rio de Janeiro, Soei.
- GUIMARÃES, Alberto Passos (1978) *A Crise Agrária*, Rio de Janeiro Paz e Terra.
- LIPIETZ, Alain (1984) "As transformações na Divisão Internacional do Trabalho: Considerações Metodológicas e Esboço de Teorização" *Espaço e Debates*, ano IV, pp. 66-94.
- LIPIETZ, Alain (1985a) "Fordisme, Fordisme Peripherique et Melropolisation" intervenção no simpósio *A Metrópole e a Crise- USP*, março.
- LIPIETZ, Alain (1985b) "Le National et le Regional: quelle Autonomie face a la Crise Capitalister Mundial?" Intervenção no Seminário de Lesvos. *Spatial Structure and Social Process* 26 a 30/08/85.
- MAGNOLI, Demétrio (1986) *O que é Geopolítica?* São Paulo, Brasiliense.
- MESQUITA, Zilá (1984) "Divisões Regionais do RS: uma Revisão" *Ensaios FEE*, Porto Alegre, 5 (2): 95-146.
- MESQUITA, Zilá (1987) "Reivindicações Territoriais e Estrutura Político-Econômica Regional" relatório de pesquisa não publicado. FEE, Porto Alegre, março/1987.
- MÜLLER, Geraldo (1985) "A Velha Senhora Agrária e seus Novos Balangandãs" *Novos Estudos CEBRAP*, n° 11, janeiro 1985, pp., 2-9.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (1987) *Amazônia: Monopólio, Expropriação e Conflitos*, Campinas, Papiros.
- OLIVEIRA, Suzana Beatriz de e Moura, Nina S.V. (1987) - "Projeto Calha Norte", trabalho elaborado na disciplina Geografia Política do Depto de Geografia/UFRS.
- PINTO, Lúcio Flávio (1982) "A Dimensão Social Omitida", *Ciência Hoje*, ano 1, n°3 nov/dez, p. 46.
- "Projeto Calha Norte: O Futuro da Amazônia Está em Discussão", *Jornal A Crítica*, Manaus, 02/12/86.
- Protocolo Regional*, em 19/08/87/
- RATTNER, Henrique (1985) "Transnacionalização do Capital e Organização do Espaço". *Espaço e Debates*, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, n° 13 pp. 5-11.

- "Reunião dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul" — em 16/12/87, Secretaria Especial para Assuntos Internacionais do Estado do Rio Grande do Sul.
- Reunião dos Representantes dos Governadores dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e das Províncias de Comentes, Chaco, Entre Rios, Formosa, Misiones e Santa Fé com o intuito de concluir o Projeto Regional Fronteiriço, em 21/01/88, promovida pela Secretaria Especial para Assuntos Internacionais do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.
- SALAMA, Pierre (1984) - "Endividamento e Penúria Urbana?" *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 5 (2): 3-14.
- SALAMA, Pierre (1987) - "Brasil: Uma virada". Considerações sobre a Industrialização e a Desindustrialização — Ensaio FEE, Porto Alegre, 8(41): 21-36.
- SANTOS, Milton (1979) — "Do Espaço sem Nação ao Espaço Transnacionalizado" in RATTNER, Henrique (org): *Brasil 1990: Caminhos Alternativos do Desenvolvimento*, São Paulo, Brasiliense, pp. 143-161.
- SANTOS, Milton (1984) - "Novo Espaço, Nova Urbanização", in *Espaço e Debates*, ano IV, n° 13.
- SILVA, Adroaldo M. da e SCHOR, Silvia Maria (1979) - "A internacionalização da Economia Brasileira" in RATTNER, Henrique (org): *Brasil 1990: Caminhos Alternativos do Desenvolvimento*. São Paulo, Brasiliense, pp. 32-47.
- SILVA, Armando Corrêa da (1979) "Metrópole: Cidade Inchada ou Nova lógica do Capital?" *Ciência e Cultura*, 37 (8) pp. 1267-69.
- VALVERDE, Orlando (1982a) - "O Problema Florestal da Amazônia" in MOREIRA, Ruy (org): *Geografia: Teoria e Crítica: O Saber posto em Questão*, Petrópolis, Vozes, pp. 185-196.
- VALVERDE, Orlando (1982b) - "Desenvolvimento e Equilíbrio Ecológico" in *Amazônia: Problemas e Impasses - Boletim Carioca de Geografia*, Associação dos Geógrafos Brasileiros - secção RJ. pp. 119-137.
- WETTSTEIN, German e CAMPAL, Esteban F.- (1984) - "Agricultura e Geopolítica in la Cuenca dei Plata" in: *Seleção de Textos* n° 9, São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção SP, pp. 1-19.
- WOORTMANN, Klaas (1984) "Família Trabalhadora: um jeito de sobreviver" *Ciência Hoje*, julho/agosto, Vol. 3, n° 13.